



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI MUNICIPAL Nº 175/1997

São José de Caiana-PB, 03 de junho de 2021



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE
CAIANA

Manoel Pereira de Sousa
Prefeito Constitucional

Damião Pereira Lopes
Secretário de Administração e Controle Interno

Rafaelly Rodrigues Costa
Secretaria de Finanças

SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, S/N,
Centro, São José de Caiana – PB, CEP 58.784-000
CNPJ 08.891.541/0001-59

DIÁRIO OFICIAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA
ORGÃO DE DIVULGAÇÃO OFICIAL DO
MUNICÍPIO
Criado pela Lei Municipal nº 175, de 09.05.1997

DECRETO Nº 024/2021

DISPÕE SOBRE MEDIDAS EMERGENCIAIS DE ENFRENTAMENTO AO AVANÇO DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE CAIANA, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado da Paraíba e pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção,

controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de São José de Caiana;

DECRETA:

Art. 1º. As medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19), no âmbito do Município de São José de Caiana, ficam definidas nos termos deste Decreto.

Art. 2º. É obrigatório o uso de máscara de proteção individual, que protejam nariz e boca, em todo o território do Município de São José de Caiana, em local fechado ou aberto;

Art. 3º. Ficam suspensas, no âmbito do Município de São José de Caiana, todas as atividades e estabelecimentos comerciais e industriais, inclusive:

I - eventos, de qualquer natureza, que exijam licença do Poder Público;

II - atividades coletivas de lazer e esporte;

III - atividades educacionais em todas as escolas, das redes de ensino pública e privada;

IV - feiras populares, bancas de jogos e clubes recreativos;

V - estabelecimentos comerciais, de qualquer natureza, inclusive bares, restaurantes, áreas de lazer e afins;

a) ficam autorizados o funcionamento dos serviços do presente inciso, exclusivamente através do serviço de delivery;

VI - salões de beleza, barbearias, esmalterias e centros estéticos;

VII - quiosques, foodtrucks e trailers de venda de refeições;

a) ficam autorizados o funcionamento dos serviços do presente inciso, exclusivamente através do serviço de delivery;

VIII - oficinas de lanternagem e pintura;

IX - comércio ambulante em geral;

X - construção civil;

XI – lojas de materiais de construção.



CNPJ: 08.891.541/0001-69

RUA VER. MANOEL LEITE GUIMARÃES, S/N - CENTRO - SÃO JOSÉ DE CAIANA - PB
CEP: 58784-000 | 83 - 3489.1105 | prefeiturasjc@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI MUNICIPAL Nº 175/1997

São José de Caiana-PB, 03 de junho de 2021

Art. 4º. Ficam autorizados a funcionar, no horário das 06h às 20:30h as academias de esportes e igrejas, para celebração cultos, missas e rituais de qualquer credo ou religião.

Art. 5º. Ficam excluídos da suspensão disposta no art. 2º deste Decreto os seguintes serviços, com funcionamento das 06h às 16h:

I – mercados;

II – hortifrutigranjeiros;

III – mercearias e padarias;

IV - lojas de conveniência e minimercados em postos de combustíveis exclusivamente para a venda de produtos;

Parágrafo único - Em todos os estabelecimentos comerciais autorizados a funcionar, ficam vedados o consumo de produtos no local e a disponibilização de mesas e cadeiras.

Art. 6º. Ficam excluídos da suspensão disposta no art. 2º deste Decreto os seguintes serviços:

V – postos de combustíveis;

VI – comércio de produtos farmacêuticos;

VII - funerárias e serviços relacionados;

Art. 7º. Em todos os estabelecimentos que se mantiverem abertos, impõe-se a distância mínima de dois metros entre todas as pessoas, bem como a presença de apenas 30% da capacidade do local e aferição de temperatura e disponibilização de álcool em gel a todos os consumidores e funcionários.

Art. 8º. Fica proibida a venda de bebidas alcoólicas após às 16h em todos os estabelecimentos comerciais autorizados a funcionar na forma deste Decreto.

Art. 9º. Ficam suspensos todos os eventos esportivos, inclusive campeonatos de qualquer modalidade esportiva.

Art. 10. Considerar-se-á abuso do poder econômico a elevação de preços, sem justa causa, com o objetivo de aumentar arbitrariamente os preços dos insumos e serviços relacionados ao

enfrentamento do COVID-19, na forma do inciso III do art. 36 da Lei Federal nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e do inciso II, do art. 2º do Decreto Federal nº 52.025, de 20 de maio de 1963, sujeitando-se às penalidades previstas em ambos os normativos.

Art. 11 As pessoas físicas e jurídicas deverão sujeitar-se ao cumprimento das medidas previstas neste Decreto, sob pena de multa, interdição e demais sanções administrativas e penais, nos termos previstos em lei.

§ 1º A inobservância dos protocolos e das medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias previstas neste Decreto, sujeita o infrator, cumulativamente:

I - às penas previstas no art. 10 da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

II - à incidência de crime de infração de medida sanitária preventiva de que trata o art. 268 do Código Penal.

III - à suspensão do alvará de funcionamento, enquanto perdurar o estado de calamidade pública gerado pela COVID-19.

IV - à interdição total ou parcial do evento, instituição, estabelecimento ou atividade pelos órgãos de fiscalização declinados neste Decreto.

Art. 12. A fiscalização das disposições contidas neste Decreto será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 13. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor a partir das 00:01 do dia 04 de junho de 2021.

Art. 15. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

São José de Caiana-PB, em 03 de junho de 2021.

MANOEL PEREIRA DE SOUSA

Prefeito Constitucional

